

PIB, política e bem-estar

Rubens Penha Cysne

“It’s the economy, stupid” teria dito James Carville, ex-âncora da CNN, então assessor da campanha eleitoral de Bill Clinton à presidência, em 1992, quando perguntado sobre porque o seu candidato estava tão à frente de George H. W. Bush nas pesquisas de voto. Afinal, Bush era considerado imbatível em função do êxito que obtivera na condução dos últimos acordos da Guerra Fria.

Se for verdade, entretanto, que a economia em muitos casos precede a política, não é necessariamente verdade que ela sempre preceda o bem-estar da população. Em algumas passagens isto de fato ocorre, como mostra a lua de mel do povo americano com o primeiro governo Clinton. Em outros casos, pode haver grande descompasso entre expectativas e resultados. Um exemplo histórico e algo extremo desta segunda alternativa foi o decisivo suporte popular gerado pela política “100% de emprego” à ascensão do Partido Nacional Socialista alemão.

Que associar de forma decisiva e peremptória o Produto Interno Bruto (PIB) — ou sua taxa de crescimento — a elevações de bem-estar é algo bastante questionável não deveria suscitar dúvidas mesmo a leigos. Em seu conjunto, o PIB inclui vários grupos de bens e serviços que tendem a se neutralizar mutuamente, não gerando qualquer bem-estar líquido. Por exemplo, a conjugação de aparatos agressivos e defensivos, como armas para o crime e cadeias para a defesa do crime. Exemplos de aparatos desse tipo, que apenas criam e reduzem fricções internas, sem aporte de bem-estar líquido, são prolíficos nos grandes centros urbanos do Brasil.

Exclusão

O PIB também não inclui a mensuração direta de aspectos fundamentais ao bem-estar de uma nação, tais como a convivência pacífica com os demais povos (cite-se novamente o caso da Alemanha após a saída da Grande Depressão); o valor e a qualidade do lazer; a segurança pessoal e a convivência pacífica interna; a saúde da população; a integridade do patrimônio natural (rios, lagos, florestas etc.); a diversidade biológica; a contribuição ao equilíbrio ambiental em escala global etc. Como disse certa vez Robert Kennedy, “o PIB mede tudo, menos o que faz a vida valer a pena”.

Intriga o fato de tais argumentos, em regra, não peitirem de forma mais direta a observação e a decisão

política. São vários os motivos elencáveis pelos quais isso ocorre. Talvez uma das razões seja que o voto costuma basear-se em uma análise algo simplista: em vez de julgar o obtido hoje frente ao obtível hoje, julga, em geral, apenas o obtido hoje frente ao obtido ontem. Desempregados no passado que se tornaram empregados no presente costumam dar grande ênfase a esse fato, o que é inteligível. Mas, em alguns casos, reflete um julgamento que não contempla, como deveria, o horizonte contra o factual.

Bem-estar é variável de difícil percepção e mensuração. E, como dizem os administradores, numa lição que os políticos parecem já ter aprendido há tempos, só se consegue administrar o que se consegue medir. Como mensurar esse tal de “bem-estar social”, se isso requer a agregação da felicidade de uns à felicidade (ou infelicidade) de outros? Exceto quando ao amparo de hipóteses algo heroicas, as ciências sociais não têm resposta clara para esta questão.

A utilização do PIB como aproximação para bem-estar, diga-se de passagem, tem sido utilizada (e criticada) desde a sua criação. O raciocínio defensivo ampara-se no pressuposto de que os indivíduos sempre preferiram consumir mais a consumir menos. Isto posto, admite-se que um PIB maior seja preferível a um menor por poder gerar, por meio de uma redistribuição adequada da renda excedente, um nível de bem-estar maior ou igual ao anterior.

Se a redistribuição de renda for capaz de deixar todos os indivíduos ao menos indiferentes em relação ao passado, e pelo menos um indivíduo melhor, não mais será necessário comparar a forma como diferentes cabeças julgam ganhos e perdas. Terá havido um inequívoco ganho de bem-estar. Um problema prático dessa argumentação, evidentemente, é que o suposto crescimento do PIB pode tornar o bem-estar potencialmente maior por meio de redistribuição adequada, mas tal potencialidade costuma não guardar qualquer correlação com a prática.

Invenção

Não resta dúvida de que o conceito de PIB (ou PNB, Produto Nacional Bruto) constitui uma das maiores

Como mensurar esse tal de “bem-estar social”, se isso requer a agregação da felicidade de uns à felicidade (ou infelicidade) de outros?

invenções do pensamento econômico do século XX. Curiosamente, trata-se de um legado da depressão dos anos 1930. Foi devido à necessidade de discutir o que ocorria com a economia nessa época que o Departamento de Comércio americano encomendou a Simon Kuznets (1901-1985), laureado com o Prêmio Nobel, em 1971, a primeira mensuração da renda nacional da qual se tem notícia (publicada em 1937).

O próprio Kuznets, diga-se de passagem, foi o primeiro a alertar para a inadequação da utilização do PIB como medida de bem-estar. Lê-se em Kuznets (1933): “Uma medida de bem-estar (...) tem como base sentimentos subjetivos, cuja comensurabilidade para vários indivíduos deve ser questionada e cuja relação com

Qual enfoque escolher para modelar o “deflacionamento” das sensações vivas em função das expectativas previamente moldadas

a medida da produção de bens e serviços finais não é, no presente estado da arte, determinada com a necessária precisão...”.

Este tipo de alerta foi depois repetido por vários economistas — Samuelson (1950) em particular. Este autor lembra que a distribuição da renda potencial que mencionamos anteriormente traz consigo elevados custos econômicos, dessa forma não sendo claro que um PIB maior possa levar a melhoras de bem-estar sob uma dada distribuição posterior.

Uma alternativa à utilização do PIB como variável mensuradora de bem-estar são as várias versões (com diferentes pesos) do chamado Índice de Desenvolvimento Humano (HDI – Human Development Index), publicado pelas Nações Unidas desde 1990.

Trata-se de uma tentativa de agregação, em um único número, de medidas representativas não apenas de renda (corrigida pela paridade de poder de compra), mas também de educação e de saúde (medida pela expectativa de vida ao nascer).

Claro é que se podem contestar os pesos dados a estas três variáveis, bem como o fato de outras questões relacionadas ao bem-estar não serem incluídas no cálculo do HDI (como igualdade de oportunidades, confiança mútua, segurança física, segurança jurídica, segurança regulacional, segurança tributária etc.). O próprio Amartya Sen, um dos criadores do índice, referiu-se ao mesmo como “uma medida rudimentar” de bem-estar.

Subjetividade

Uma questão importante diz respeito à possibilidade de que índices como esse possam se beneficiar da incorporação de informações derivadas de questionários sobre o bem-estar subjetivo de cada indivíduo.

O problema nesse caso é que a felicidade reportada em questionários costuma se delimitar não apenas em função da situação vivida e dos gostos de cada agente econômico, fatos que interessam mais diretamente na formação de decisões objeto de estudo dos economistas, mas também em função das aspirações prévias de cada indivíduo vivenciando aquele momento. Uma vitória do time de futebol quando se esperava uma derrota tende a gerar mais felicidade do que uma vitória pelo mesmo placar quando se esperava um “jogo fácil”. No segundo caso, a aspiração inicial, variável “deflacionadora” da experiência observada, teria sido moldada de forma mais ambiciosa, reduzindo a sensação final de felicidade reportada.

Alguns admitem que este ponto poderia servir como uma das possíveis explicações para o chamado “paradoxo de Easterlin”: o fato de a felicidade reportada não se elevar de mesmo montante à medida que os países enriquecem ao longo do tempo; ou de pessoas em países mais ricos não serem necessariamente mais felizes. Admite-se, em geral, em função de tais observações, que a renda absoluta seja importante até certo ponto, a partir daí tendendo a haver uma preponderância da renda relativa na formação de bem-estar.

Economistas treinados na formação clássica talvez preferissem rephrasar o parágrafo anterior utilizando jargões da profissão tais como consumo conspicuo (Veblen, 1889); utilidades interdependentes (*catching up with the Joneses*); picos prévios de consumo (Duesenberry, 1949) ou formação de hábito (Abel, 1990). Psicólogos, por sua vez, talvez preferissem referir-se à “teoria psicológica dos conjuntos”.

Qual enfoque escolher para modelar o “deflacionamento” das sensações vividas em função das expectativas previamente moldadas, trata-se de ponto à escolha do freguês. A abordagem econômica, baseada em geral apenas no consumo observado de bens e serviços, pode ser mais “formalizável” e empiricamente testável, mas é também certamente mais limitada.

De qualquer forma, o importante seria saber até que ponto a formação de aspirações é controlável pelos indivíduos, tendo em vista que isto daria aos mesmos, revertendo as suas expectativas prévias a um mínimo, condições de controlar parcialmente seu grau de felicidade.

Para o criador do conceito de “Felicidade Nacional Bruta”, por exemplo, o rei Jigme Wangchuck, do Bu-

Referências bibliográficas

Abel, A. Asset prices under habit formation and catching up with the Joneses. *American Economic Review Papers and Proceedings*, p. 38-42, 1990.


Kuznets, S. National income. *Encyclopaedia of the Social Sciences*. v. XI, p. 205-224, 1933. Republicado em Fellner, W.; Haley, B.F. (Eds.). *Readings in the theory of income distribution*. Philadelphia: Blakiston, 1946.

Duesenberry, L. *Income, saving and the theory of consumer behavior*. Harvard University Press, 1949.

Samuelson, P.A. Evaluation of real national income. *Oxford Economic Papers*, N.S., p. 1-29, Jan. 1950.

Veblen, Thorstein. *The theory of the leisure class*. 1889. Republicado em 1967 na coleção Penguin Twentieth Century Classics, NY.

A abordagem econômica, baseada em consumo de bens e serviços, pode ser mais “formalizável” e empiricamente testável, mas é limitada

tão, a cultura budista deste país das montanhas no Himalaia não se coadunaria de forma alguma com modelos de bem-estar baseados no conceito de renda derivada do PIB. Mas sim com base em valores espirituais que de certa forma possibilitariam o controle da geração de aspirações (ou expectativas consumistas) da parte de seus conterrâneos. Tal controle lhes possibilitaria ser muito mais felizes consumindo muito menos. Longa vida ao rei Jigme, a quem o planeta certamente deve estar grato. 

Rubens Penha Cysne é diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (<http://www.epge.fgv.br/users/rubens/>)